

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE

CURSO DE PSICOLOGIA

Francisco Marchi Freitas

Violência no Brasil: uma análise à luz da psicanálise

Trabalho de conclusão de curso

São Paulo

2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE

CURSO DE PSICOLOGIA

Francisco Marchi Freitas

Violência no Brasil: uma análise à luz da psicanálise

Trabalho de conclusão de curso

Orientadora: Prof.^a Dra. Thalita Ferraz de Souza

Trabalho apresentado como exigência parcial para obtenção
do bacharelado em psicologia pela PUC-SP.

São Paulo

2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Agradecimentos

Eu gostaria de agradecer à minha orientadora, a professora Thalita Ferraz de Souza, que fez com que o processo de escrever um trabalho de conclusão de curso fosse o mais tranquilo possível.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo a realização de uma análise acerca da violência no Brasil. Para isso, essa pesquisa propõe o estabelecimento de uma relação entre os diversos tipos de violências observadas no país com os conceitos presentes nas obras de psicanálise social de Sigmund Freud. Além disso, também foi realizada uma articulação entre as obras de Freud com textos de psicanalistas Brasileiros.

Palavras-chave: violência; psicanálise; Brasil; sociedade.

Sumário

Introdução	6
Método	8
Capítulo I: psicanálise e violência	9
Capítulo II: violência e realidade brasileira	16
Considerações finais	27
Referências bibliográficas	29

Introdução

Ao me deparar com a necessidade de escolher um tema para o meu trabalho de conclusão de curso, não pude deixar de pensar de forma quase imediata nas minhas inquietações pessoais envolvendo o momento político atual pelo qual o Brasil atravessa. Acredito que o país, desde a chegada dos portugueses às Américas, vive problemas crônicos gravíssimos, contudo, eu também acreditava que desde o início do governo Lula estávamos lentamente avançando para a construção de uma sociedade melhor. Após o fim do segundo governo Lula e com a eleição de Dilma Rousseff, por alguns anos continuamos avançando com passos de tartaruga, vivendo alguns retrocessos pontuais em alguns momentos, mas mesmo assim seguindo em frente rumo à uma nação ligeiramente melhor. A partir do golpe de 2016, começo a observar um país vivendo retrocessos até aquele momento inimagináveis e tudo se agrava ainda mais com o início do atual governo, que fez com que a administração anterior parecesse até branda. Com a chegada de Jair Bolsonaro ao poder, observo então a ruína de conquistas anteriores que eu acreditava que estavam garantidas e também diversos ataques à democracia, às instituições e ao estado de direito. Com essa deterioração geral da nação surge também uma sociedade que como um todo está mais violenta, sendo que é possível observar essa violência na fala do presidente até em cenas cotidianas do povo brasileiro. Essa escalada de diversos tipos de violência me causa grande incômodo e tristeza e por isso resolvi então usar essa inquietação como combustível subjetivo para a escrita deste trabalho, dando vazão a sentimentos difíceis de lidar.

Somado a esse desconforto com o atual momento político nacional, entra em cena o meu interesse pela psicanálise e pela psicologia social como um todo. Desde o primeiro semestre da minha graduação tive grande interesse nas disciplinas Psicanálise I, II, III e IV. Essas disciplinas instigaram a minha curiosidade e fizeram com que a minha vontade de ler e estudar essa área do conhecimento florescesse. Ainda, na disciplina de Psicologia Social III entrei em contato com a obra *O mal-estar na civilização* (1930) de Sigmund Freud. Estudando essa obra pude perceber melhor o potencial da psicanálise como uma ferramenta capaz propiciar uma leitura dos fatos sociais e sua relação com os sujeitos que vivem na civilização. Portanto, com esse trabalho de conclusão de curso pretendo juntar esses dois fatos

mencionados anteriormente: a minha inquietação com o momento político atual e o meu interesse pela psicanálise social. Essa união é possível justamente por que as obras de Freud carregam instrumentos adequados para realizar uma análise dos fenômenos sociais que assolam o Brasil atualmente.

Posto isso, o objetivo desse trabalho é realizar uma análise das violências observadas no país, visando compreender com profundidade os motivos pelos quais o Brasil as experimenta desde o primeiro momento da existência da nação com a chegada dos portugueses. Para isso foram usadas três obras de psicanálise social de Freud: *Totem e Tabu* (1913), *Psicologia das massas e análise do eu* (1921) e *O mal-estar na civilização* (1930). Também foram utilizadas obras de Jurandir Freire Costa e Hélio Pellegrino. Para uma melhor compreensão histórica da violência no Brasil foi utilizada a obra *Sobre o autoritarismo brasileiro* (2019) da historiadora Lilia Moritz Schwarcz.

A estrutura deste documento conta inicialmente com uma explicação acerca do método utilizado na pesquisa, dois capítulos sobre o tema, sendo que o primeiro discorre sobre a relação entre psicanálise e violência e o segundo discorre sobre violência na realidade brasileira. Por fim, é feita uma última parte relativa às considerações finais.

Método

A psicanálise é uma área do conhecimento que tem uma forma própria e particular para a realização de pesquisas e investigações, ou seja, tem um método próprio para a realização de tais tarefas. Essas particularidades se dão em função da psicanálise se diferenciar da ciência em seu modelo mais tradicional, que pressupõe a separação do sujeito que estuda e do objeto que é estudado, sendo que o primeiro não deve ter influência sobre o segundo. Para a psicanálise, a separação entre objeto de estudo e pesquisador é algo impraticável. Essa afirmação é verdadeira na medida em que o método psicanalítico, tanto na clínica quanto na pesquisa, pressupõe a emergência do inconsciente do pesquisador em sua relação com o objeto pesquisado, sendo que essa relação é uma manifestação da transferência estabelecida entre o pesquisador e seu objeto de estudo. A psicanálise também se diferencia da ciência em seu formato mais tradicional na medida em que essa, no geral, busca a quantificação dos dados e resultados obtidos pela pesquisa através de testes estatísticos. Segundo a pesquisadora Camila Pedral Sampaio (pág, 7, 2006) "A pesquisa psicanalítica é qualitativa porque ela é uma pesquisa do singular, ou seja, considera e produz-se a partir da singularidade do(s) encontro(s) entre o pesquisador e o pesquisado." Uma vez em que ocorre a produção da pesquisa, o fenômeno que foi observado em sua singularidade remete ao âmbito do universal, da mesma forma que na clínica psicanalítica o que foi observado em um caso pode ser utilizado para formular hipóteses acerca de outros diversos casos.

Posto isto, o método utilizado nesta pesquisa será o da psicanálise e será proposta uma revisão bibliográfica de artigos e livros. Dentro desse conjunto de obras existem textos da própria área da psicanálise e também da História. Para a elaboração dessa pesquisa foram utilizadas as três obras clássicas da psicanálise social concebidas por Freud: *Totem e Tabu* (1913), *Psicologia das massas e análise do eu* (1921) e *O mal-estar na civilização* (1930), além de textos escritos por Jurandir Freire Costa e Hélio Pellegrino, psicanalistas brasileiros. Ademais, foi utilizada a obra *Sobre o autoritarismo brasileiro* (2019) da historiadora Lilia Moritz Schwarcz.

Capítulo I: Psicanálise e Violência

Nos primórdios da sua criação, a Psicanálise era uma área do conhecimento que se aplicava estritamente ao nível do indivíduo, do sujeito e sua subjetividade. O método inovador criado por Freud consistia em uma cura pela fala e era uma forma de tratamento para neuroses que se dava dentro das quatro paredes do consultório médico e eventualmente dentro de outras instituições. Com o passar do tempo a clínica psicanalítica foi sendo aprimorada não só por seu criador, mas também por diversos de seus discípulos.

Porém, eventualmente, a Psicanálise ultrapassa os limites da análise do sujeito e se torna também uma ferramenta que permite a realização de uma investigação de fenômenos coletivos e sociais, ou seja, a própria cultura passa a ser objeto de estudos desse campo do conhecimento. No decorrer desse capítulo é realizada uma breve exposição sobre as principais obras de Freud que tratam da temática da cultura. Além disso, é assinalada a forma como esses textos abordam a questão da violência, que é objeto de estudo desse trabalho.

Em sua obra *Totem e Tabu* (1913), Freud discorre sobre como a civilização é criada e quais são as leis que regem seu funcionamento e manutenção, através do mito da horda primeva. Conforme é relatado pelo autor, nesse mito, em um primeiro momento, existe uma organização na qual encontra-se um pai, chefe tirano desse grupo. Esse pai goza de um poder pleno e autoritário, e por meio do exercício desse poder ele se apropria de todas as terras e mulheres disponíveis. Sendo assim, esse chefe é detentor do prazer sexual, enquanto seus filhos, que são seus súditos, vivem em privação. Em determinado momento, os filhos da horda ficam fartos dessa extrema submissão e decidem por se rebelar contra o tirano que os assujeitam. Coletivamente, os súditos da horda acabam por assassinar o pai, realizando assim seus desejos reprimidos de liberdade. Contudo, o que ocorre posteriormente, é que surge a impossibilidade de algum dos irmãos ocuparem o lugar do chefe, uma vez que, novamente, iria se suceder a eliminação do patriarca. Conforme escreve Freud (1913), apesar dos filhos odiarem o pai, eles concomitantemente o admiravam, e por isso, depois que eles satisfizeram o seu ódio e efetivaram seu desejo de

identificação com ele, os impulsos afetuosos até então reprimidos acabam por se instituir. Em função desse sentimento, manifesta-se então a culpa, que é dividida entre os filhos, decorrente do parricídio. É instituída então a Lei primordial, que proíbe o assassinato do pai e obriga os membros da tribo a renunciarem simultaneamente às mulheres do grupo.

Por meio dessa alegoria, fica evidente como o pai tirânico primitivo, posteriormente ao seu assassinato, passa a ser o pai simbólico que dita as leis da sociedade e opera como o supereu, reforçando o cumprimento das regras sociais, que envolvem, entre outros elementos, a proibição do incesto e do homicídio, dois desejos reprimidos do complexo de Édipo. Sendo assim, a conclusão do mito revela o caráter social desse complexo: através das duas renúncias impostas, se faz possível a continuidade e manutenção da sociedade. Se não entrasse em vigência a Lei, que proíbe o assassinato do chefe e obriga a renúncia às mulheres do grupo, a horda primeva estaria sujeita a uma eterna disputa entre seus membros, uma vez que a busca pela onipotência, de forma paradoxal, a faz impossível.

Como é possível observar, a questão da violência se faz presente frequentemente na obra exposta acima, de forma que acaba atravessando boa parte no ensaio escrito por Freud. Para o autor, a violência é um fator importante, senão crucial para o surgimento da cultura. Ato caracterizados como “violentos” são presentes e têm um papel capital nos dois tempos cronológicos do mito da horda primeva. Em um primeiro momento, o pai tirano faz uso da violência para manter a ordem que o privilegia, controlando assim seus filhos. Na sequência, os filhos, insatisfeitos com a forma como o grupo se organiza, realizam o assassinato do pai. Sobre isso, Jurandir Freire Costa (2021, pág. 51) escreve:

Um aspecto relevante de *Totem e Tabu* é a função que a violência tem na imposição da ordem cultural. O pai primordial subjuga os filhos através da dissuasão violenta, e os filhos rebeldes depõem o pai por meio do assassinato, expressão máxima da violência. A cultura, pode-se concluir, tem início na e pela violência e toda ordem social repousa, em última instância, na violência que garante a obediência à lei.

Na obra *Psicologia das massas e análise do eu* (1921), é feita uma análise do indivíduo quando esse pertence a um grupo, ou uma massa. Freud explica que não existe forma de pensar em uma psicologia puramente individual, que não esteja relacionada das relações humanas e sociais e suas influências, e logo, a partir do momento em que se pensa o sujeito, se pensa também a sociedade. Através de processos inconscientes, o sujeito, quando inserido em uma massa, abre mão de parte de suas particularidades e subjetividade e passa a atender as demandas do grupo que pertence. Um sujeito incorporado à uma massa é capaz de cometer diversas classes de atos que jamais realizaria se não tivesse dentro do grupo. Tais atos podem, inclusive, serem atrocidades dotadas de crueldade e perversidade. Um fator que pode favorecer tais condutas é a existência do líder nessa coletividade. Esse chefe é capaz de provocar intensa admiração dos membros da massa, propiciando uma forte identificação e pode provocar efeito semelhante ao da hipnose: seus seguidores são eficientes em cumprir quaisquer ordens vindas dele, independente de seu teor, e nele enxergam um sujeito portador de características ideais, livre de imperfeições.

Um dos principais mecanismos psíquicos inconscientes que atuam na formação da massa é a identificação mencionada acima. Segundo Freud (1921), a identificação é a mais primordial forma de ligação afetiva a um objeto, e através da introjeção do objeto no Eu, ela pode se tornar o substituto para uma ligação objetal libidínica. A identificação também pode se dar quando existe a percepção de algo em comum de um sujeito em relação a outro que não é objeto de seus instintos sexuais. Segundo Freud (1921, pág. 6) “quanto mais significativo esse algo em comum, mais bem-sucedida deverá ser essa identificação parcial, correspondendo assim ao início de uma nova ligação.” Contudo, dentro da massa, existe uma participação importante do Ideal de Eu nesse processo de identificação. Essa instância psíquica faz parte do Eu, mas que pode se separar dele e entrar em conflito com ele. Essa instância tem “funções como auto-observação, consciência moral, censura do sonho e principal influência na repressão.” O que ocorre na massa é o fato de que esse “algo em comum” é a presença da figura do líder como objeto único no lugar do Ideal de Eu dos membros do grupo, e propiciará uma sólida

identificação que favorece consideravelmente as ligações libidinais dentro da massa.

Na obra comentada acima, a destruição, tendência natural do ser humano proveniente da pulsão de morte, já é delineada como um traço psíquico, característica da chamada “segunda tópica” da psicanálise freudiana. Quando o sujeito está inserido na massa, essa tendência natural do ser humano pode acabar se manifestando de forma mais intensa do que normalmente, através da violência. Isso ocorre uma vez que dentro da massa, seus membros estão mais sujeitos ao poder da sugestão, fazendo com que sua capacidade de crítica e julgamento acabem por vezes rebaixados. Nesse contexto, atos de hostilidade e violência podem ser favorecidos, conforme atua o líder dentro da massa. É possível observar que mais uma vez a violência aparece como algo inerente à cultura na visão da psicanálise freudiana, sendo por vezes algo que é inibido pelas relações de identificação presentes no grupo ou algo favorecido pela existência da massa.

Já em seu livro *O mal-estar na civilização* (1930), Freud discorre sobre como, para conviver em sociedade, o ser humano deve abrir mão de diversos de seus impulsos sexuais e deve renunciar a satisfação de parte de suas pulsões, aceitando sua castração. Essa renúncia é a fonte da hostilidade generalizada que prevalece contra a própria civilização, uma vez que as pulsões sexuais inibidas devem ser direcionadas por outros caminhos, dando origem aos processos sublimatórios. A contrapartida para essa restrição da liberdade individual é a proteção que a civilização oferece. A mesma Lei que privará o sujeito e transformará sua economia libidinal também o protege da violência do outro. Ainda, para que a sociedade seja mantida, existe um fator importante. A união da maioria só será estável se existirem fortes vínculos emocionais entre os membros do grupo, que os mantenham unidos e nesse aspecto entra uma outra faceta da exigência de renúncia à satisfação das pulsões: a partir do momento em que existem restrições envolvendo o amor sexual, essa força libidinal é direcionada ao estabelecimento dos laços de amizade.

Por fim, Freud (1929, pág. 77) explica que a civilização é constantemente ameaçada pela inclinação à agressão inerente ao ser humano: “(...) a agressividade constitui uma disposição instintiva primitiva e autônoma do ser humano. E voltou a

sublinhar o fato de que a civilização encontra nisso seu entrave mais temível”. Essa agressividade, que é uma das manifestações da pulsão de morte, acaba por ser regulada pelo superego, a instância psíquica que nasce da introjeção que o sujeito realiza da moral e das regras sociais. Essa exigente instância, valendo de sua onisciência, fará com que o ego se sinta constantemente vigiado e a culpa passa a ser um sentimento que existe mesmo quando o sujeito não realiza um ato que é digno dessa sensação. A culpa então passa a ser reforçada pela cultura para regular as tensões existentes entre os diversos membros da sociedade, tornando-se a principal fonte do “mal-estar na civilização”.

Essa importante obra do criador da psicanálise revela uma crucial relação entre a cultura e a violência: fica flagrante que as pulsões que se manifestam através da hostilidade e agressividade são os principais obstáculos para o desenvolvimento e continuidade da civilização. Tal ideia fica explícita na afirmação de Freud (1929, pág. 107):

A questão do destino da espécie humana parece-me colocar-se da seguinte maneira: o progresso da civilização poderá, e em que medida, dominar as perturbações trazidas à vida em comum pelas pulsões humanas de agressão e de autodestruição?

Por fim, é legítimo constatar que a questão da violência se mostra principalmente através da sua inibição e não da sua efetivação. A hostilidade que prevalece contra a civilização é fruto das renúncias pulsionais que devem ser realizadas para que a vida em sociedade se torne possível.

Como é possível observar a partir da leitura da exposição acima, violência não é um conceito da obra freudiana, mas é um ponto que permeia muitas das discussões quando se trata da subjetividade, relações interpessoais ou da cultura em geral. O tema da violência gera amplos debates na área da sociologia, direito, filosofia entre outros, e em função da dificuldade de sistematização e definição desse termo, essa temática é atravessada por complexidade e controvérsias. Para a psicanálise não é diferente. Porém, segundo Jurandir Freire Costa (2021, pág. 24),

os impasses que essa área do conhecimento enfrenta quando se trata desse assunto tem um motivo:

(...) a dificuldade que encontramos na sistematização da violência se deve, em boa parte, à precária atenção que a própria teoria psicanalítica, em geral, e não só entre nós, dedica ao assunto. O uso do termo violência em psicanálise continua sendo confuso, impreciso e, às vezes, claramente estapafúrdio.

Essa falta de atenção que o autor acima destaca é reveladora de um fato curioso da história da psicanálise. Conforme foi salientado anteriormente, o tema da violência se faz muito presente nas obras freudianas acerca da sociedade e da cultura, e apesar disso, esse assunto continua sem receber o cuidado que se manifesta como necessário. Ainda é possível afirmar também que, além da ausência de ganhos que a psicanálise teria ao deixar de se aprofundar no tema, a falta de um olhar atento sobre essa questão também causa estragos em alguma medida. Ao relativizar ou trivializar a violência, os autores que discorrem sobre o tema a partir do referencial teórico aqui observado acabam por se distanciar de um traço essencial da psicanálise, que é seu olhar crítico acerca dos fenômenos que atravessam o mundo psíquico e social dos sujeitos. Sobre isso, Jurandir Freire Costa (2021, pág. 28) afirma:

(..) [a violência] ou é tratada como um tabu, cercado e protegido do pensamento por uma aura romântico-pessimista, indicativa, talvez, de “nobreza intelectual”; ou é considerada o zero e o infinito da existência do sujeito, tornando-se uma espécie de categoria *a priori* irreduzível a qualquer análise. Indo de um polo a outro, a psicanálise entra no compasso das ideologias modernas.

Novamente fica explícita a gravidade da situação. A falta de rigor pode fazer com que essa “violência” a qual a teoria se refere fique cada vez mais distante da violência real, que é experimentada e conhecida por todos. Ainda, é possível

sustentar que a existência de diversos tipos de violência e sua capilaridade no tecido social tornam a discussão sobre esse objeto de estudo urgente.

Capítulo II: violência e realidade brasileira

Desde o momento da chegada dos portugueses às Américas, até os dias de hoje, a questão da violência se faz muito presente em diversos âmbitos da sociedade brasileira, sendo que essa violência se manifesta de diferentes formas e adquire variadas tonalidades. Apesar da história do país ser fortemente marcada por essa questão, é viável verificar no país um empenho ao longo dos anos para que esse legado seja apagado, ou ao menos amenizado.

Muitas vezes o Brasil foi retratado como um país no qual todos vivem harmonicamente e sem grandes conflitos. Esse esforço em retratar a nação como uma sociedade pacífica remonta à primeira metade do século XIX. Com a independência política em 1822, surge a necessidade da concepção de uma justificativa que sustentasse a criação de um novo país. Assim foi inaugurado um concurso público em 1844 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) para que fosse escolhido um estudioso que seria responsável pela criação da história do país. O vencedor foi o naturalista bávaro Karl Von Martius (1794-1868). A historiadora Lília Schwarcz (2019, pág. 16) relata de forma resumida o projeto do naturalista:

Três longos rios resumiriam a nação: um grande e caudaloso, formado pelas populações brancas; outro um pouco menor, nutrido pelos indígenas; e ainda outro, mais diminuto, alimentado pelos negros. Na ânsia de escrever seu projeto, o naturalista parece não ter tido tempo (ou interesse), porém, de se informar, de maneira equânime, sobre a história dos três povos que originavam a jovem nação autônoma. O item que tratava do "rio branco" era o mais completo, alvissareiro e volumoso. Os demais pareciam quase figurativos, demonstrando visível falta de conhecimento. "Falta" esta que na verdade era "excesso" pois dava conta do que interessava para valer: contar *uma* história pátria - a europeia - e mostrar como ela se imporia, "naturalmente" e sem conflitos às demais.

É possível constatar na narrativa criada por Von Martius um forte traço eurocêntrico, uma vez que os outros povos não brancos que compõem esse grande rio nacional são retratados com uma relevância secundária, como coadjuvantes. Ainda, essa narrativa ignora completamente o fato de que os indígenas e negros

foram submetidos a diversos tipos de violências promovidas pelos portugueses, com aval da corte, isto é, não foram naturalmente incorporados à sociedade brasileira.

Conforme mencionado acima, o projeto do naturalista Karl Von Martius foi apenas a primeira expressão da tentativa de retratar o Brasil como um país harmônico e sem conflitos. O enredo criado pelo bávaro continuou reverberando nas palavras de diferentes autores. Segundo Schwarcz (2019, pág. 16) alguns desses autores foram "Sílvia Romero em *Introdução à história da literatura brasileira* (1882), Oliveria Viana em *Raça e assimilação* (1932), Artur Ramos em *Os Horizontes místicos do negro da Bahia* (1932)." Por fim, a ideia do Brasil como um país livre de grandes conflitos foi consolidada com a obra *Casa-grande & senzala* (1933) de Gilberto Freyre. Enquanto Artur Ramos cunhou o termo "democracia racial", Freyre foi o principal disseminador da expressão.

Todavia, conforme foi mencionado anteriormente, ao observarmos a história do Brasil, é possível concluir que a questão da violência sempre esteve presente, tanto antigamente, na formação do país, como atualmente, no cotidiano e no dia a dia do brasileiro. Se tratando da criação do país fica evidente que a própria gênese da nossa sociedade é violenta, uma vez que a chegada dos portugueses acarreta de forma quase imediata o início da escravização e genocídio dos povos indígenas que habitavam o território nacional. Sobre isso, a historiadora Lilia Schwarcz (2019, pág. 162) comenta:

A existência de documentos atestando a utilização de mão de obra indígena escravizada data dos primórdios da colonização portuguesa, quando as várias nações nativas cumpriram o papel de trabalhadores alternativos e paralelos ao braço africano. Isto é, a despeito de serem considerados "súditos da Coroa", os índios podiam ser legalmente escravizados.

Outra condição igualmente marcante é o sistema de produção escravocrata que foi posteriormente implantado e foi vigente por praticamente 400 anos. A respeito dessa questão, Lilia Schwarcz (2019, pág. 157) avalia:

Fatores de ordem histórica podem ajudar a explicar os índices de violência existentes no Brasil. Um disseminado sistema escravocrata como o nosso só foi sustentado a

partir da manutenção de uma verdadeira maquinaria repressora, administrada pelos próprios senhor de terra e contando com a conivência do Estado.

Além da duração do sistema escravocrata no Brasil ter sido extensa e seu fim ter sido tardio, a forma como foi definida a abolição desse sistema também deixa marcas expressivas. O advento da Lei Áurea de 13 de maio de 1888 finalmente libertou a população negra escravizada, mas não previu forma alguma de integração dessa população à sociedade, de forma que isso se reflete nas diversas desigualdades presentes atualmente e que atingem intensamente os negros no Brasil. Ou seja, ao menos parcialmente, esses elementos históricos podem elucidar a violência que assola o cotidiano dos brasileiros, como o racismo estrutural mencionado acima.

Hélio Pellegrino em sua publicação *Pacto Social, Pacto Edípico* (1983) possibilita uma aproximação entre os elementos históricos descritos anteriormente e uma leitura psicanalítica para uma compreensão mais vasta dos fenômenos sociais envolvendo a violência no Brasil. Segundo o autor, é possível que uma ruptura com o pacto social resulte, em nível inconsciente, em uma ruptura com o pacto edípico. Nesse caso, tudo aquilo que ficou reprimido como resultado da submissão da criança frente ao pai, que é o primeiro representante da lei, retorna possivelmente na forma de condutas violentas.

O Complexo de Édipo é uma etapa do desenvolvimento da criança que deve ter como resultado a introjeção da Lei primordial, que é a proibição do incesto. Ou seja, a resolução do Complexo de Édipo deve envolver uma separação entre a mãe e a criança, sendo que essa última deve renunciar aos seus impulsos incestuosos e parricidas, abdicando de seus instintos pré-edípicos. A imposição da proibição do incesto é resultado do temor da castração que a criança experimenta. Sendo assim, em função do medo de perder seu falo, a criança abdica de seu desejo pela mãe. Todavia, apenas o medo não garante que a Lei seja introjetada, sendo necessário que a criança seja também respeitada e amada pelos pais, para que posteriormente possa se identificar com os ideais da cultura.

Esse primeiro pacto com a Lei da Cultura torna possível, em um momento posterior da vida adulta do sujeito, a criação de um segundo pacto, o pacto social. Segundo Pellegrino (1983, pág. 7), “no pacto social, através do trabalho, pede-se ao ser humano que confirme a sua renúncia pulsional primígena, através da aceitação do princípio de realidade.” Na sequência o mesmo autor ainda afirma que “(..) trabalhar é disciplinar-se, é abrir mão da onipotência e da arrogância primitivas, é poder assumir os valores da cultura com a qual, pelo trabalho, nos articulamos organicamente.” É possível verificar que os dois pactos estão fortemente relacionados, sendo que o primeiro sustenta o segundo. Contudo, em uma sociedade em que o trabalho é pouco valorizado, de forma que o trabalhador não tem seus direitos garantidos, a renúncia pulsional exigida pelo trabalho perde seu sentido. Pellegrino (1983, pág. 7) faz uma importante observação sobre essa questão:

Se o pacto social é iníquo, e avilta o trabalho, ele vai aviltar e tornar iníqua a renúncia pulsional por ele próprio exigida. O amor ao trabalho só é possível na medida em que os direitos do trabalhador sejam minimamente respeitados. Se isto não ocorre, há uma ruptura do pacto social. O trabalho torna-se sem sentido, aviltante e humilhante, tanto quanto o sacrifício e a renúncia que, em seu nome, me disponho a fazer. Rompo, aí, com a sociedade, e esta ruptura terá, inevitavelmente, profundas repercussões intrapsíquicas, que irão sacudir, sob a forma de um abalo sísmico, os fundamentos do pacto primordial com o Pai simbólico – e com a Lei da Cultura.

As observações de Pellegrino deixam claro que apesar do pacto edípico sustentar o pacto social, existe uma relação no sentido oposto entre os dois pactos, sendo que o pacto social também pode influenciar no pacto edípico e a ruptura do pacto social pode resultar, em nível inconsciente, em uma ruptura com o pacto edípico. Uma vez que a ruptura com o pacto edípico ocorre, aquilo que ficou suprimido em nome da Lei pode retornar, resultando possivelmente em uma conduta antissocial. Segundo Pellegrino (1983, pág. 7) “É essa a chave psicanalítica para compreensão do surto crescente de violência e delinquência que dilacera o tecido social brasileiro, nas

grandes cidades.” O autor ainda faz outras observações sobre esse mesmo tema (1983, pág 8):

O surto de delinqüência que, no momento, cresce nas grandes cidades, de maneira assustadora, é uma resposta perversa à delinqüência mais do que perversa - porque institucionalizada - do capitalismo selvagem brasileiro. A criminalidade do povo pobre é - pelo menos - uma resposta desesperada, e se faz fora da lei - contra a lei. Pior que ela é a delinqüência institucionalizada dos ricos, dos banqueiros, dos que lucram 500 por cento ao ano, dos que se locupletam com a especulação desenfreada, dos que entregam a soberania nacional à voracidade predadora da finança internacional.

É mais honrado - e menos perverso - ser delinqüente fora da lei, do que sê-lo em nome da lei, acobertado e protegido por ela. O acanalhamento da lei, a corrosão dos ideais que justificam a vida, o aviltamento do trabalho humano, centro do processo civilizatório a idolatria à segurança nacional.

Nos trechos expostos acima, é possível observar que o autor traz um outro elemento que se faz interessante no sentido de compreender a violência no Brasil, que é o sistema de produção vigente. O capitalismo permite uma exploração da mão de obra e um acúmulo de renda de tal forma que propicia facilmente a quebra do pacto social, uma vez que os trabalhadores e as classes sociais mais pobres se vêem sem o benefício de participar desse pacto, que é ter o seu trabalho reconhecido e valorizado. Ou seja, a própria forma de funcionamento do capitalismo brasileiro, por si só, pode ser considerada como uma violência contundente, e essa violência estrutural gera por sua vez uma resposta por parte dos que foram vitimados.

Em sua obra *Psicanálise e moral* (1989), o psicanalista Jurandir Freire Costa aborda reflexões importantes e que dialogam e complementam as ideias de Pellegrino expostas anteriormente. Segundo o autor, um outro aspecto que envolve a vigência do capitalismo brasileiro como sistema de produção é a forma como o

estado brasileiro passa por um processo de decadência e é visto de forma negativa por grande parte da população nacional. Para Jurandir Freire Costa (1989, pág. 22) "A política é sistematicamente desqualificada enquanto meio de participação dos indivíduos, na gestão do bem comum." Esse processo de decadência do estado brasileiro tem uma grave consequência, que seria a revolta da população frente ao estado. Sobre esse processo o autor traz a seguinte observação (1989, pág. 23):

Política e Estado passam, desse modo, a ser vistos como instituições acessórias, quando não parasitárias. Através de uma pernicioso reviravolta imaginária, faz-se dos direitos do homem ou do indivíduo arma no combate indiscriminado à idéia de participação pública e de respeito às leis e justiça que representem interesses supra-individuais. É como se a injunção ideológica dissesse que a 'mão invisível', longo tempo estacionada no país da economia, agora, veio dar plantão no mundo da ética social.

Conforme exposto acima, o autor demonstra que no lugar da cidadania e da participação ativa do indivíduo na sociedade, prevalece uma lógica típica das ideologias liberais, que buscam uma tentativa de sustentar uma narrativa que legitime as liberdades individuais em detrimento do bem-estar coletivo, conforme explicitado no seguinte trecho (1989, pág. 24):

(...) reduzidos ao estado de massa consumidora de bens e serviços, como no capitalismo avançado, ou ao estado de massa privada de qualquer consumo, como nos países pobres, grande parte dos indivíduos das sociedades ocidentais vêem seus direitos de cidadania cada vez mais circunscritos à retórica vazia das elites que controlam o poder. No lugar da participação política sonhada, emergem as ideologias das liberdades individuais, simulacro das liberdades públicas reais. Ao cidadão supérfluo e politicamente descomprometido oferece-se o consolo da militância em favor dos exaustivos e monopolizantes exercícios de intimidade.

Em suma, a ideia que o autor busca transmitir nos trechos expostos acima é a ideia de que a fragilidade do Estado brasileiro e das instâncias políticas, somadas ao individualismo exacerbado incentivado pelo capitalismo acaba por gerar uma cultura do narcisismo, uma cultura na qual o sujeito, frente à sua angústia, acaba por se voltar a si mesmo, prezando por um culto desenfreado ao próprio corpo e ao prazer a qualquer custo. Ou seja, esse sujeito que deixou de acreditar na viabilidade de uma nação harmônica e justa é facilmente capturado pelo capitalismo e suas promessas de bem-estar. Nesse sentido, Jurandir Freire Costa (1989, pág. 29) faz uma importante observação:

Os longos anos de recesso democrático, aliados à peculiaridade do desenvolvimento capitalista no país, produziram as mazelas político-sociais que conhecemos. Um novo tipo de individualismo daninho começou a infiltrar-se nas lacunas abertas pelo centralismo político autoritário e pelo desenvolvimento construído às expensas de enormes injustiças sociais. É o individualismo desesperado e cínico, dos que perderam a crença na viabilidade da ideia de justiça no Brasil.

Sendo assim, é possível observar também que, para o autor, além dos fatores anteriormente mencionados, a instabilidade da frágil democracia brasileira também acaba por ter uma forte influência nesse cenário. Desde a criação da República, a instabilidade marcou os mandatos dos diversos presidentes eleitos democraticamente, sendo que não foi incomum a execução de golpes buscando destituir do poder os representantes da nação. Além disso, as duas ditaduras que ocorreram no país entre 1937 e 1945 e entre 1964 e 1985 foram momentos que contaram com a suspensão das constituições vigentes nos respectivos períodos e a ditadura militar (1964 - 1985) ainda teve seu início marcado pelo fechamento do congresso nacional.

Nesse cenário em que as instituições são extremamente frágeis, causando no sujeito uma forte descrença no país de forma geral, pouco resta ao cidadão brasileiro, uma vez que a fragilidade das instituições causa necessariamente um enfraquecimento da justiça. Tendo em vista a existência dessa justiça extremamente

deficiente, para Jurandir Freire Costa (1989, pág. 30), o cidadão brasileiro se encontra em uma terra sem lei:

(...) na ausência da justiça, e não tendo mais como reivindicar o que é de 'meu direito' ou de 'minha propriedade', perde-se aos poucos a própria noção do que seja valor. Entregues a uma espécie de 'relativismo' prático e generalizado, fruto da decadência da justiça, os indivíduos nada mais podem fazer, exceto sobreviver segundo a lei do mais forte. Se não há mais como recorrer a regras supra-individuais, historicamente estabelecidas pela negociação e pelo consenso, para dirimir direitos e deveres privados, tudo passa a ser uma questão de força, de deliberação ou decisão, em função de interesses particulares. Onde o recurso sistemático à violência, à delinquência, à mentira, à escroqueria, ao banditismo 'legalizado' e à demissão de responsabilidade, que caracterizam a 'cultura cínico-narcísica' dos dias de hoje.

Para a psicanálise, esse cenário em que as leis vigentes são fracas ou insuficientes pode trazer graves consequências subjetivas que eventualmente acarretarão em sofrimento psíquico, conforme foi mencionado anteriormente. Em uma sociedade na qual as instituições não funcionam de forma apropriada e a justiça não cumpre seu papel, o sujeito pode passar a se comportar de forma que ele obedeça apenas ao regime de auto satisfação libidinal. Isso ocorre em função do fato de que o sujeito participa de uma sociedade na qual a sua integridade da totalidade ego-narcísica é constantemente ameaçada justamente por esses fatores que causam um mal funcionamento das instituições. Nesse cenário, o sujeito passa a buscar exclusivamente a sua sobrevivência, sem levar em consideração a existência e a integridade de outras pessoas ao redor. Um exemplo que ilustra essa falta de preocupação com o outro pode ser o fato de que as leis de trânsito no Brasil são constantemente desrespeitadas. Ou seja, o sujeito que está dirigindo realiza algo temerário sem considerar que essa ação pode resultar em sérios danos a outros sujeitos. Ainda, esse sujeito também não pensa que ele pode ser vítima de uma ação temerária no trânsito se esse ato for realizado por outra pessoa. Jurandir Freire Costa (1989, pág. 34) faz uma breve explicação sobre o sujeito que vive em função do regime de auto satisfação libidinal:

Numa sociedade 'sem lei nem rei', como na ficção freudiana do estado de horda, os indivíduos tendem a comportar-se obedecendo exclusivamente ao regime de auto satisfação libidinal. É o que Freud chamou de 'pânico narcísico', e que procurou ilustrar com a imagem dos soldados em debandada, pela ausência do chefe, ou das multidões de fiéis desorientados, diante da revelação de uma fictícia mortalidade de Cristo.

Apesar de comparar a sociedade brasileira contemporânea com a horda primeva descrita por Freud em sua obra *Totem e Tabu* (1913), Jurandir Freire Costa faz uma ressalva para explicar que o brasileiro não se encontra necessariamente dentro de um grande grupo de sujeitos tomados pelo pânico narcísico. O psicanalista busca explicar que alguns comportamentos observados na sociedade de forma geral parecem indicar a existência de fenômenos dessa estirpe (1989, pág. 35):

Obviamente, não penso afirmar que a sociedade brasileira é um aglomerado de hordas presas do pânico narcísico. Busquei mostrar, isto sim, que o comportamento de grandes contingentes de indivíduos que vivem nas nossas médias e grandes cidades parece sinalizar a presença de fenômenos do gênero

Esses comportamentos mencionados pelo psicanalista incluem diversos tipos de violações de regras básicas do convívio social, contemplando desde as pequenas contravenções realizadas diariamente no trânsito, passando pela corrupção proveniente dos setores público e privado, chegando até a realização de assaltos e homicídios. Conforme mencionado anteriormente, o sujeito recorre a essas violações na medida em que ele não encontra na civilização meios de se proteger de diversos tipos de ameaças à sua integridade.

Ao observarmos as obras de Pellegrino e Freire Costa é possível encontrar um ponto de congruência entre os dois autores. Para ambos os psicanalistas, os diversos tipos de violências praticadas e experimentadas pelos brasileiros tem uma

forte ligação com o fato de a sociedade não cumprir com as suas promessas de justiça e proteção ao sujeito. Para Pellegrino, na medida em que ocorre a falência do pacto social e as contribuições individuais que o sujeito oferece à sociedade utilizando a sua força de trabalho não são recompensadas, ocorre uma resposta subjetiva da quebra do pacto edípico. Com essa segunda quebra, conteúdos recalçados vêm à tona, resultando possivelmente em atos de violência. Para Freire Costa, na medida em que as instituições que garantiriam segurança e justiça se tornam frágeis, o sujeito passa a buscar individualmente a garantia de sua sobrevivência. Ambas as ideias têm uma forte relação com a obra *O mal-estar na civilização* (1930), escrita por Freud. Nesse texto, o pai da psicanálise argumenta que realizamos um sacrifício em termos libidinais, muitas vezes abrindo mão de impulsos sexuais, renunciando parte da nossa satisfação pulsional. Em contrapartida, a civilização recompensa o indivíduo oferecendo proteção, algo que não ocorreria se o sujeito vivesse em um estado de barbárie. Uma possível leitura das obras de Pellegrino e Freire Costa pode apontar para o fato de que a violência que assola a sociedade brasileira é proveniente do fato de que a 'civilização' brasileira falha em sua promessa de proteção ao indivíduo, entre outras. Como resposta, surge a hostilidade e a busca irracional pela sobrevivência.

Por fim, é possível constatar que a questão da violência no Brasil é um problema complexo e gravíssimo uma vez que as características e particularidades da sociedade brasileira que funcionam como fatores causadores desse mal variam muito em seus tipos. Em termos históricos podemos observar que o país tem em sua origem a existência de diversas práticas violentas, sendo que a própria colonização deve ser considerado um processo extremamente violento. Além disso, a manutenção da ordem social e das desigualdades estruturais do país só puderam ser mantidas - e são mantidas - em função de práticas que envolvem diversos gêneros de repressão. Assim como a disciplina da História, as leituras acerca da sociedade e da civilização realizadas pelos psicanalistas aqui expostos indicam para o fator social envolvendo a violência, ou seja, a psicanálise aponta para o aspecto de que ocorre a violência no Brasil na medida em que a sociedade como um todo falha em concretizar as suas promessas de ordem e proteção. Sendo assim, levando em consideração a História e a psicanálise, é possível constatar que o problema da violência deve ser tratado a partir de uma ótica do social, em

contrapartida de um viés individualizante da violência e que a partir do momento que individualiza a violência busca soluções simplistas e pouco eficientes, como muitas vezes acontece no Brasil.

Considerações finais

Conforme apontado anteriormente, a questão da violência no Brasil é um problema gravíssimo e que provavelmente ainda exigirá muita atenção e trabalho de diversos setores da sociedade para que seja solucionado. Faço aqui essa constatação uma vez que um dos principais aspectos levantados por esse trabalho é o caráter social da violência no país, isto é, a visão dos autores apresentados no decorrer do texto de alguma forma apontam para um prognóstico que indica que esse problema está intimamente relacionado à formas de funcionamento da sociedade brasileira (ou formas de mal funcionamento). Essa forma de operar, por sua vez, está associada a problemas estruturais e históricos que são vigentes no país praticamente desde a chegada dos portugueses ao território que viria a ser o Brasil. Posto isso, é necessário que a atenção dos diversos setores da sociedade acerca do assunto da violência se volte para esse aspecto social da questão. Acredito que esse tema é tratado de forma extremamente simplista e reducionista, muitas vezes relacionando práticas criminosas violentas à uma falha de caráter do sujeito que pratica a violência, ou atribuindo esses atos a questões raciais, de gênero ou classe social. Essa forma simplista e reducionista acaba por gerar "soluções" rudimentares e que muitas vezes envolvem a criação de propostas como a redução da maioria penal ou geram o ímpeto da "justiça com as próprias mãos", resultando em linchamentos públicos e outras práticas igualmente abomináveis conforme foi observado no país nos últimos anos e no decorrer da história como um todo.

Ainda, gostaria de mencionar aqui questões relativas às limitações inerentes ao processo de produção do trabalho de conclusão de curso. Ao dar início ao processo de produção desse trabalho, havia uma ideia da elaboração de um terceiro capítulo que consistiria na análise de trechos do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, que buscou apurar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura militar (1964 - 1985). Contudo, em função das limitações temporais, não foi possível a elaboração desse capítulo, assim como não foi possível realizar o aprofundamento de diversas questões trazidas aqui. Sendo assim, acredito que eventualmente posso retomar o estudo do tema da violência no Brasil em um outro momento. Acredito que essa retomada seria interessante também porque percebo que o estudo desse tema pode contribuir

de forma considerável para a minha prática profissional na clínica psicanalítica, que é a área de atuação na qual eu gostaria de trabalhar após a conclusão da minha graduação.

Referências bibliográficas

FREIRE, J, **Violência e psicanálise**. São Paulo: Zagodoni Editora, 2021.

FREUD, S, **O mal-estar na civilização**. (*Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S, **Psicologia das massas e análise do eu**. (*Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S, **Totem e tabu**. (Obras Completas vol. 11). São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2012.

PELLEGRINO, H, **Pacto Social, Pacto Edípico**. Folhetim da Folha de S.Paulo. 11 de setembro de 1983.

SAMPAIO, C, **Algumas ideias sobre pesquisa em psicanálise**. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 39, n. 70, p. 243-255, jun. 2006.

SCHWARCZ, L, **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.